

PROJETO PEDAGÓGICO DO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

***LATO SENSU* EM NÍVEL DE**

ESPECIALIZAÇÃO:

**“LEGISLATIVO, TERRITÓRIO E
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA
CIDADE”**

1 – APRESENTAÇÃO

O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* **Legislativo, Território, e Gestão Democrática da Cidade** foi planejado e estruturado em conformidade com as disposições da legislação federal que rege a matéria e com o conjunto de normas e diretrizes emanadas pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo para as instituições de ensino superior que compõem o Sistema Estadual de Educação.

Aproveitando a experiência e aprendizados acumulados na oferta de três turmas do Curso de Especialização em Legislativo e Democracia no Brasil, o Projeto Pedagógico aqui apresentado foi elaborado pela equipe da Escola do Parlamento no início no segundo semestre de 2018, caracterizando-se como um esforço de análise e estudo cuidadoso da nossa prática e das práticas desenvolvidas em instituições semelhantes e de identificação, tematização e compreensão das demandas emergentes no cenário da formação de agentes públicos e de lideranças políticas da sociedade civil no que tange às suas interações com o Poder Legislativo e com a gestão de políticas públicas na Cidade.

Configurando-se como a expressão de uma intencionalidade formativa em torno da aprendizagem sobre a democracia, o poder legislativo e a gestão democrática das cidades contemporâneas, este Projeto Pedagógico organiza e estrutura a concepção de formação assumida pela Escola do Parlamento, os princípios teórico-metodológicos que balizam as escolhas em torno da capacitação a ser oferecida, os objetivos perseguidos e a organização acadêmica que delimitam o percurso de aprendizagens definido para os alunos.

Como instrumento de planificação, pretende-se que esta sistematização se configure como integral quanto a sua amplitude, porque flexível e aberta à avaliação constante, intencional e participativa, capaz de manter e prosperar em sua intencionalidade política e pedagógica.

2 - CURSO E ÁREA DO CONHECIMENTO

Curso: Pós-Graduação *Lato Sensu* - Especialização - **Legislativo, Território, e Gestão Democrática da Cidade**

Área do Conhecimento: **Ciências Humanas**

Área de Concentração: **Estado e Governo**

3 – JUSTIFICATIVA

A criação da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo pretendeu responder a um conjunto de demandas sociais relativas ao aprimoramento da democracia, à formação continuada de parlamentares e dos servidores públicos que operam cotidianamente as funções típicas do Parlamento, à melhoria da eficácia, eficiência e efetividade do Poder Legislativo, incluindo sua responsividade frente à sociedade civil, à formação e criação de redes de diálogo entre as lideranças cívicas e políticas e ao fortalecimento de arenas para a discussão dos rumos e projetos de desenvolvimento para a Cidade. Desse modo, o Ato nº 1311/11, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo estabeleceu como objetivos da Escola do Parlamento:

- I – Oferecer ao parlamentar e aos servidores subsídios para identificarem a missão do Poder Legislativo para que exerçam de forma eficaz suas atividades;
- II – Propiciar a possibilidade de complementação de estudos em todos os níveis de escolaridade;
- III – oferecer aos servidores conhecimentos básicos para o exercício de funções diversas dentro da Câmara Municipal de São Paulo;
- IV – qualificar os servidores nas atividades de suporte técnico-administrativo, ampliando a sua formação em assuntos legislativos;
- V – desenvolver programas de ensino objetivando a formação e a qualificação de lideranças comunitárias e políticas;

VI – estimular a pesquisa técnico-acadêmica voltada à Câmara Municipal em cooperação com outras instituições de ensino;

Complementarmente, o Ato 1186/12, que instituiu o Regimento da Escola do Parlamento assinalou, em seu artigo 1º, que caberia à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, a atribuição de sediar “a produção, a gestão e a difusão de conhecimento sobre o município de São Paulo e seus diversos aspectos socioeconômicos, políticos, ambientais, sanitários, educacionais e culturais” e que ela seria responsável, também, por propiciar “o intercâmbio e transferência de conhecimentos entre as diversas Casas Legislativas”.

É na perspectiva de cumprir o mandato público que fundamentou sua criação e que lhe confere identidade institucional que a Escola do Parlamento tem se organizado como centro de reflexão, produção de conhecimento, difusão, disseminação de análises e propostas de desenvolvimento para a cidade de São Paulo, bem como espaço privilegiado de discussão, problematização e esforço para o aprimoramento da democracia brasileira e da atuação do Poder Legislativo (em especial, do Poder Legislativo Local).

Na esteira desse esforço, em 2015, em processo de planejamento bianual, a Escola do Parlamento definiu que sua ação estratégica estaria organizada a partir de quatro eixos temáticos: a) Estudos da Metrópole; b) Estado, Instituições, Democracia e Participação Social; c) Gestão e Políticas Públicas e d) Cultura, Educação e Cidadania. As atividades de pesquisa e formação empreendidas durante os anos de 2015 e 2016 permitiram a consolidação de um conjunto de iniciativas e o aprofundamento reflexões sobre a capacidade e o alcance da intervenção pública da nossa Escola.

No final de 2016, analisando o percurso empreendido e considerando as demandas emergentes na relação do Poder Legislativo Municipal com a sociedade paulistana, o planejamento estratégico do biênio 2017-2018

promoveu deslocamentos nos eixos temáticos a fim de aproximar e aprofundar a reflexão sobre o território da cidade e alcançar maior incidência na formação dos servidores públicos. Assim, os novos eixos temáticos propostos (e que orientam o projeto de desenvolvimento institucional da Escola) foram os seguintes: a) Planejamento Urbano, b) Políticas Públicas, c) Parlamento Municipal e Formação Política para a Cidadania e d) Formação de Servidores – Escola de Governo.

Na esteira dessa reorientação, consolidou-se a percepção da necessidade de empreender um novo curso de especialização que conjugasse o estudo, debate e reflexão aprofundados sobre o território da cidade, sobre as relações entre poder legislativo, democracia e ação política e sobre a gestão de políticas públicas no âmbito local.

Vale ressaltar que essa iniciativa é, simultaneamente, conectada e disruptiva com outras experiências semelhantes desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, nas áreas da ciência política e da administração pública. Na primeira perspectiva, a iniciativa está em diálogo com propostas já consolidadas de formação de administradores públicos ou de bacharéis / tecnólogos em gestão de políticas públicas; conectando-se ao que tem se convencido chamar de 'campo de públicas'. Entretanto, entendemos que a iniciativa proposta neste curso é disruptiva porque coloca o estudo e a reflexão sobre as interações do Poder Legislativo com o território local e com a administração pública, iluminando arenas específicas e singulares que estão diretamente associadas à qualidade da democracia, às questões da participação social e do exercício pleno da cidadania em âmbito local.

A Escola do Parlamento vê-se convocada pelo chamamento de Boaventura Santos em torno da *democratização da democracia* e considera-se parte estruturante desse processo na medida em que o poder legislativo, na conformação dos regimes democráticos contemporâneos, é um espaço

central na confirmação do pacto democrático que emergiu na modernidade. E tal chamamento se faz ainda mais relevante num momento em que a democracia, como valor construído num longo e doloroso processo histórico, lida – dialeticamente – com as disputas em torno de sua concretização nas diferentes sociedades.

Anastasia e Inácio (2011) tomam a metáfora de ‘magic town’ (cidade mágica), para compreender a vocação do Poder Legislativo como caixa de ressonância e espaço privilegiado da esfera pública de uma dada comunidade política. Caberia ao poder legislativo acolher e amplificar as vozes divergentes, complementares e plurais do tecido social, mediando o diálogo institucional entre elas e produzindo um conjunto de representações, visões e projetos comuns para a população. Entretanto, para que tal mágica se faça possível, é imprescindível um esforço intencional e continuado na melhoria da própria democracia, no cuidado com a formação democrática dos cidadãos da comunidade política, na melhoria do funcionamento interno e do processo legislativo propriamente dito e na relação de representação instituída no regime eleitoral.

Para que todas essas coisas sejam possíveis, as Casas Legislativas Municipais devem se organizar para além de sua função típica de produzir leis e de fiscalizar o poder executivo e empreender uma ação sistemática, qualificada e estruturante de formação da comunidade política da cidade. É com essa perspectiva que propomos a criação do nosso segundo curso de especialização, intitulado “Legislativo, Território, e Gestão Democrática da Cidade”.

4 – OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.1 – OBJETIVO GERAL

Formar especialistas com visão interdisciplinar e pluralista, engajados no estudo, pesquisa e proposição de soluções para: a) o aprimoramento da democracia contemporânea e das condições de ampliação da participação social e política dos cidadãos, b) a melhoria e ampliação da eficiência, eficácia e efetividade do poder legislativo local e c) qualificação e responsividade democrática da gestão das políticas públicas e do território da Cidade.

4.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Espera-se que, no percurso formativo oferecido pela Escola do Parlamento, os estudantes possam desenvolver e/ou ampliar sua capacidade de:

- a) Identificar, compreender e problematizar a configuração das democracias contemporâneas, seus limites institucionais, suas potencialidades e as conjunturas de crise em torno da representação que têm sido vivenciadas nas sociedades contemporâneas e, particularmente, na sociedade brasileira.
- b) Identificar, compreender, problematizar e discutir soluções para amplificar e aprofundar a qualidade da democracia e da participação social e política dos cidadãos, em particular em contextos subnacionais (estados e municípios) e comunitários.
- c) Identificar, compreender, problematizar e discutir caminhos para a interação entre o funcionamento do regime democrático e a emergência de novos atores sociais e políticos (individuais e coletivos) bem como a emergência de tecnologias de informação e comunicação no cenário global.
- d) Analisar, compreender, problematizar e propor soluções para a melhoria do funcionamento e das relações institucionais entre o Poder Legislativo e os demais poderes, bem como entre o Poder Legislativo e os demais

atores sociais individuais e coletivos numa perspectiva de governança política multinível.

- e) Analisar, compreender, problematizar e discutir, a partir da categoria conceitual de território, a configuração contínua do espaço urbano da cidade e da metrópole, em suas múltiplas dimensões constitutivas e nas disputas pela (re)definição de seus contornos físicos, sociais, econômicos e culturais.
- f) Identificar, compreender, mobilizar e problematizar, à luz da realidade brasileira, as abordagens teórico-conceituais e as metodologias disponíveis para a gestão de políticas públicas no âmbito local.

5- DIRETRIZES METODOLÓGICAS E CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA EM LEGISLATIVO, TERRITÓRIO E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

Compreender as interações políticas, culturais e socioeconômicas que estruturam a democracia contemporânea no âmbito das nacionalidades e subnacionalidades é um empreendimento intelectual rigoroso e forçosamente **interdisciplinar, polifônico e rizomático**¹.

Interdisciplinar, na medida em que convoca a participação de campos do conhecimento diversificados como a ciência política, a economia, a sociologia, a antropologia e a administração pública, entre outros. E os convoca de modo duplo: no aprofundamento radical de sua especialidade (que permite que se possa mobilizar ao máximo as categorias analíticas cunhadas em cada campo) e na adoção intencional de uma vontade dialógica que rompa as fronteiras singulares das disciplinas, conectando suas raízes e seus caminhos de análise.

Polifônico, na medida em que exige o acolhimento a vozes, sistemas de representação e demandas de atores e sujeitos políticos (individuais e coletivos) que nem sempre encontram guarida na produção acadêmica mais convencional e que se situam na fronteira dos temas inovadores e disruptivos das ciências sociais e humanas.

Rizomático, na medida em que institui uma lógica do acolhimento das múltiplas parcialidades (temáticas, epistêmicas, metodológicas) afastando-se de uma perspectiva por demasiado estruturalista segundo a qual o campo científico guardaria uma lógica de construção de suas perguntas e problemas definida a priori da experiência de produção de conhecimento e restritiva de investimentos que – a primeira vista – lhe seriam subversivos.

¹ Conforme DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, Vol. 1, Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000

Tal concepção exige uma estrutura curricular que movimente campos de diálogo interdisciplinar, que proponha aos estudantes estudos e vivências de caso e situações de aprendizagem baseada em problemas e que permita a abertura a temas emergentes e de fronteira.

No que tange à abordagem didático-metodológica, as disciplinas serão conduzidas a partir da mobilização de *sequências didáticas*, organizadas a partir de um percurso que se inicia com uma *questão mobilizadora* (pergunta geradora, emergente do campo temático de cada área), avança para um momento de *mobilização dos conhecimentos prévios e representações já disponíveis na turma* (individual, em duplas ou em grupos), continua em direção do momento de *estudo temático e aprofundamento de conhecimentos* (em forma de leituras, fruição de vídeos de curta, média e longa duração) e se conclui na etapa de *sistematização de conhecimentos* (quando os estudantes organizam suas aprendizagens de modo a consolidar descobertas que realizaram ao longo da sequência didática). Com essa perspectiva, a avaliação da aprendizagem se fundamenta numa visão de acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento contínuo das competências e habilidades dos estudantes a partir dos registros produzidos ao longo das sequências didáticas. Em cada disciplina, a composição da nota final do estudante levará em conta, assim, primeiramente os aspectos qualitativos e de expressão do desenvolvimento contínuo do estudante e secundariamente os resultados de exames finais.

6 – PÚBLICO-ALVO

O público-alvo é constituído por alunos portadores de diploma de nível superior em qualquer área do conhecimento, e oferecido prioritariamente a servidores públicos e, em regime complementar, a outros cidadãos interessados nas temáticas do poder legislativo e da gestão pública contemporânea, conforme normas de seleção estabelecidas no Regimento do Curso.

7 - COORDENAÇÃO

A coordenação será exercida por um integrante do quadro de servidores da Escola do Parlamento, designado pelo Diretor-Presidente da Escola, e tem suas atribuições definidas no Regimento do Curso.

Coordenador do Curso: **Alexsandro do Nascimento Santos**

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, integrante da carreira de Consultor Técnico Legislativo, na Câmara Municipal de São Paulo.

8 - CARGA HORÁRIA

A integralização do curso “Legislativo, Território e Gestão Democrática da Cidade” exigirá o cumprimento de uma carga horária total de 450 horas, das quais 360 horas serão dedicadas exclusivamente a atividades presenciais, mediadas por professor.

As 360 horas serão divididas em um Ciclo Básico de Estudos - CBC, composto por 6 disciplinas de 30 horas cada uma e comum a todos os estudantes e um Ciclo de Aprofundamento - CA, organizado por trilhas de aprendizagem especializadas, com 6 disciplinas de 30 horas cada uma. Os estudantes cumprirão o CBC em 03 trimestres e, então, farão a opção por uma das duas trilhas disponíveis no CA, com duração idêntica. As outras 90 (noventa) horas serão integralizadas obedecendo as seguintes diretrizes:

- 60 horas realizadas na forma de atividades complementares, de acordo com regulamentação específica e que envolverá a participação do estudante em seminários, cursos, oficinas, programas de imersão ou outras propostas formativas conectadas com as temáticas do curso.
- 30 horas dedicadas à tutoria e orientação para a realização do trabalho de conclusão de curso, de acordo com regulamentação específica disposta no regimento da Escola do Parlamento.

9 - ESTRUTURA CURRICULAR

Considerando a estrutura curricular que combina Ciclo Básico de Estudos e Ciclo de Aprofundamento, o Curso "Legislativo, Território e Gestão Democrática da Cidade" terá a seguinte configuração:

Ciclo Básico Comum:

Obrigatório para todos os estudantes, duração de três trimestres.

Ciclo Básico Comum (180 horas)	
Teoria Política, Teoria da Democracia e Democracias Contemporâneas	Estrutura e Funcionamento do Estado Brasileiro pós-1988
Sistema Político, Partidário e Eleitoral no Brasil	Território, Cidade, Participação Política e Dinâmicas Sociais
Estudos em Políticas Públicas: da Agenda à Avaliação	Metodologia de Ensino e Pesquisa

Ciclo de Aprofundamento:

Escolha de uma das duas trilhas de aprofundamento pelo estudante, conforme regras estabelecidas em regimento, duração de três trimestres

Ciclo de Aprofundamento Trilha A: "Legislativo, Democracia e Participação Política na Cidade Contemporânea" (180 horas)	
Democratizar a Democracia: Experiências de Democracia Participativa e Direta nas cidades	Processo Legislativo Local e Participação Popular na Cidade
Movimentos Sociais, Dinâmicas de Representação e Política Local	Democracia e Participação Política Conectada: Tecnologia e Transparência no Parlamento
Mobilização Social e Educação Política para a Democracia e para a Cidadania	Poder Legislativo e Políticas Públicas na Cidade

Ciclo de Aprofundamento Trilha B: "Território, Gestão e Administração da Cidade Contemporânea" (180 horas)	
O município na federação brasileira: Desafios e Perspectivas	Poder Legislativo e Políticas Públicas na Cidade
Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Questões Metropolitanas e Território da Cidade	A Cidade Contemporânea: Políticas Públicas de Cultura, Esporte, Lazer e Economia Criativa
A Cidade Contemporânea e as políticas públicas da área social: educação, saúde e assistência social	Vulnerabilidades e Desigualdades na Cidade Contemporânea: Políticas para minorias e segmentos em risco

9.1 – RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS E TEMPO DE FORMAÇÃO

CICLO BÁSICO COMUM		
Disciplina	C.H.	Oferta
Teoria Política, Teoria da Democracia e Democracias Contemporâneas	30h	1º Trimestre
Estrutura e Funcionamento do Estado Brasileiro pós-1988	30h	1º Trimestre
Sistema Político, Partidário e Eleitoral no Brasil	30h	2º Trimestre
Território, Cidade, Participação Política e Dinâmicas Sociais	30h	2º Trimestre
Estudos em Políticas Públicas: da Agenda à Avaliação	30h	3º Trimestre
Metodologia de Ensino e Pesquisa	30h	3º Trimestre

CICLO DE APROFUNDAMENTO – TRILHA A		
Disciplina	C.H.	Oferta
Democratizar a Democracia: Experiências de Democracia Direta e Participativa nas Cidades	30h	4º Trimestre
Processo Legislativo Local e Participação Popular na Cidade	30h	4º Trimestre
Movimentos Sociais, Dinâmicas de Representação e Política Local	30h	5º Trimestre
Poder Legislativo e Políticas Públicas na Cidade	30h	5º Trimestre
Democracia e Participação Política Conectada: Tecnologia e Transparência no Parlamento	30h	6º Trimestre
Mobilização Social e Educação Política para a Democracia e para a Cidadania	30h	6º Trimestre

CICLO DE APROFUNDAMENTO – TRILHA B		
Disciplina	C.H.	Oferta
O município na federação brasileira: Desafios e Perspectivas	30h	4º Trimestre
Poder Legislativo e Políticas Públicas na Cidade	30h	4º Trimestre
Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Questões Metropolitanas e Território da Cidade	30h	5º Trimestre
A Cidade Contemporânea: Políticas Públicas de Cultura, Esporte, Lazer e Economia Criativa	30h	5º Trimestre
A Cidade Contemporânea e as políticas públicas da área social: educação, saúde e assistência social	30h	6º Trimestre
Vulnerabilidades e Desigualdades na Cidade Contemporânea: Políticas para minorias e segmentos em risco	30h	6º Trimestre

10 – SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

10.1 – PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO

O ingresso no curso de especialização em Legislativo, Território e Gestão Democrática da Cidade dar-se-á de acordo com edital oportunamente publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Para ordenar o processo de seleção em cada turma, a Escola do Parlamento poderá adotar um ou mais de um dos seguintes procedimentos:

- a) Prova objetiva com questões para avaliar o domínio do candidato na leitura e interpretação de textos em língua portuguesa e nos conhecimentos básicos a respeito da organização e funcionamento do estado brasileiro, definidos na Constituição Federal de 1988.
- b) Análise de currículo e do histórico escolar da graduação, a fim de identificar a aderência da formação inicial e/ou da experiência profissional anterior ao curso de pós-graduação em Legislativo, Território e Gestão Democrática da Cidade.
- c) Análise de pré-projeto de estudo e pesquisa combinada à análise de carta de intenções do candidato em que o mesmo expresse as razões de sua escolha pelo curso de especialização em Legislativo, Território e Gestão Democrática da Cidade.
- d) Prova de redação, na qual o candidato deverá expressar-se, em texto dissertativo e será avaliado por seu domínio da norma culta da língua portuguesa e por sua capacidade de argumentação e construção textual (coerência, coesão, progressão temática e adequação de linguagem ao interlocutor).

Para cada edição de oferta do curso de especialização em Legislativo, Território e Gestão Democrática da cidade poderão ser selecionados até 90 (noventa) candidatos, que comporão duas turmas com até 45 estudantes cada uma.

10.2 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E PROGRESSÃO NO CURSO

Para avaliação da aprendizagem dos estudantes, será considerada a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos e buscar-se-á o julgamento a respeito da progressão contínua das aprendizagens em cada disciplina e no conjunto das disciplinas do Ciclo.

Para ser considerado aprovado em uma disciplina, o estudante deverá alcançar média final igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% do total de aulas dadas na disciplina. A composição desta média final será resultado da utilização de, no mínimo, 02 (dois) instrumentos de avaliação, sendo que um – necessariamente – será realizado em forma de estudo de caso, que deverá mobilizar elementos tratados na disciplina numa situação-problema para que o aluno trate, elabore e apresente solução.

O segundo ou os demais instrumentos de avaliação poderão ser escolhidos pelo professor a partir de suas intencionalidades pedagógicas, como por exemplo: elaboração de resenhas críticas, fichamentos ou resumos de material bibliográfico de referência, construção e apresentação de seminários, provas objetivas de múltipla escolha, provas discursivas, participação em situações de debate em sala de aula, dentre outros.

O estudo de caso comporá, sempre, 60% da média final da disciplina. Os demais instrumentos de avaliação responderão pelos 40% restantes.

10.3 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para fazer jus à certificação de Especialista, os alunos matriculados no curso “Legislativo, Território e Gestão DEMOCRÁTICA da Cidade” deverão elaborar e submeter à avaliação de banca examinadora trabalho de conclusão de curso organizado a partir das aprendizagens construídas ao longo da formação e concentrado num estudo de caso que envolva as questões do Poder

Legislativo, do Território da Cidade e da Região Metropolitana e da Gestão Pública Contemporânea.

A proposição dos estudos de caso observará as temáticas discutidas nas disciplinas do Ciclo Básico e do Ciclo de Aprofundamento e o processo de tutoria e orientação realizado por professores da Escola do Parlamento, nos termos de seu regimento.

As normas para a escrita do estudo de caso e para sua apresentação à banca examinadora constam do regimento interno da Escola do Parlamento.

10.4 – CERTIFICAÇÃO

Como requisitos para certificação integral da especialidade serão exigidos:

- Aprovação em todas as disciplinas do ciclo básico e nas disciplinas que compõem a trilha de aprofundamento escolhida pelo estudante.
- Elaboração e Aprovação, por banca constituída por dois membros, de Trabalho de Conclusão de Curso, alcançando nota igual ou superior a 7,0; numa escala de 0,0 a 10,0

Ao pós-graduando que cumprir os requisitos do curso será conferido o Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de especialização, acompanhado do respectivo histórico escolar, emitido de acordo com a legislação vigente.

11 - PERÍODO E PERIODICIDADE

A oferta do curso será feita de modo a permitir a integralização de todas as atividades acadêmicas num período mínimo de 18 meses (um ano e meio) e num período máximo de 24 meses (dois anos), de acordo com calendário acadêmico elaborado e divulgado no início de cada turma.

Para a turma de 2019, o início da oferta do curso está previsto para a 2ª quinzena do mês de março.

12 - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS INTEGRANTES DA GRADE CURRICULAR:

CICLO BÁSICO COMUM

I - Teoria Política, Teoria da Democracia e Democracias Contemporâneas

1. Os legados do passado: as formulações de Platão e Aristóteles
2. Maquiavel e o rompimento com a teologia: o surgimento do Estado Moderno;
3. Os Contratualistas e o Pensamento Político Inglês: Hobbes e Locke;
4. O republicanismo em Rousseau;
5. Montesquieu e a divisão dos poderes;
6. As revoluções de 1848 as proposições sobre o Estado na teoria crítica de Marx;
7. Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill: o problema da tirania da maioria;
8. Estado e sociedade civil em Gramsci;
9. Desdobramentos da Teoria Contemporânea da Democracia: Schumpeter; Rawls; Habermas e Robert Dahl.
10. O legado crítico de Boaventura de Souza Santos

Bibliografia Básica da Disciplina

- ARISTÓTELES. A Política. 2ed. São Paulo: Edipro, 2008.
- BERLIN, Isaiah. A originalidade de Maquiavel. In: Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. São Paulo: Editora Campus, 1992.
- _____. A teoria das formas de governo. Tradução: Sergio Bath. 9a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- DAHL, Robert. A democracia e seus críticos. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- DRYZEK, John; HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne. Introduction. In: _____. (Ed.). The Oxford Handbook of Political Theory. Oxford: OUP, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995.
- HOBBS, Thomas (2003), Leviatã, trad. J. P. Monteiro e M. B. Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HEGEL, G.H.F. Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio. V. 3. São Paulo: Loyola, 2011.
- KYMLICKA, W. Filosofia Política Contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LOCKE, John. Dois Tratados sobre o governo, trad. Júlio Fisher. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. 4ed. São Paulo: Penguin/Cia das Letras, 2010.
- MILL, John Stuart. Considerações sobre o Governo Representativo. Brasília: Ed. Unb, 1981.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat. O espírito das leis. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PLATÃO. A República. 2ed. São Paulo: Edipro, 2012.
- RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- PAREKH, Bhikhu. Putting civil society in its place. In: GLASIUS, Marlies; LEWIS, David; SECKINELGIN, Hakan. Exploring civil society: political and cultural contexts. London: Routledge, 2004

PETTIT, Philip. Two republican traditions. In: NIEDEBERGER. Republican democracy: liberty, law and politics. Edinburgh: EUP, 2013.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Do contrato social. São Paulo: Penguin/Cia das Letras, 2011.

SADER, Emir. Estado e política em Marx. São Paulo: Cortez, 1993.

SCHMITT, Carl. The crisis of parliamentary democracy. Massachusetts: MIT Press, 2000

SCHUMPETER, J. Capitalism, Socialism and Democracy. New York: Harper & Row, 1942.

WEFFORT, Francisco C. (Org.) Os clássicos da política. 10a ed. São Paulo: Ática, 1998. 2 v

II - Estrutura e Funcionamento do Estado Brasileiro pós-1988

1. Evolução histórica e marcos definidores das formas de Estado: Estados Unitários, Federações e Confederações.
2. Teorias sobre as formas de governo: A tríade Monarquia, Aristocracia e Politeia em Aristóteles; o Binômio Principados x Repúblicas em Maquiavel e a tríade República, Monarquia e Despotismo em Montesquieu.
3. Sistemas de Governo: Parlamentarismo, Presidencialismo e Semipresidencialismo.
4. Organização do Estado Brasileiro: Regime Federativo Brasileiro, sua evolução histórica e as posições e relações entre União, Estados e Municípios.
5. Organização dos Poderes da República no Brasil: Separação e Harmonia entre os Poderes, funções, posições e relações entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário nos níveis da Federação.
6. Presidencialismo de Coalizão na Nova República e a relação entre Poder Executivo e Legislativo
7. Configurações Locais da relação entre os poderes da república: o Município e a relação entre Poder Executivo e Poder Legislativo.
8. Controle Externo na Estrutura e Funcionamento do Estado Brasileiro: Instituições e Processos.
9. Judicialização da Política e Politização da Justiça no Estado Brasileiro.
10. Democracia Brasileira: limites da estrutura e funcionamento do Estado.

Bibliografia Básica da Disciplina

AVRITZER, L. & Anastásia, F. (eds.). 2006. Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: PNUD/Editora UFMG

BOBBIO, Norberto. Teoria das Formas de Governo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. Rio de Janeiro: Forense, 1998

CAGGIANO, Monica Herman S., Sistemas Eleitorais x Representação Política, Brasília, Ed. Senado Federal, 1990

CHÂTELET, François. História das ideias políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005

DRYZEK, John; HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne. Introduction. In: _____. (Ed.). The Oxford Handbook of Political Theory. Oxford: OUP, 2006.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELO, Carlos Ranulfo. 2006. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: Soares, G. & Rennó, L. (orgs.) Reforma Política: Lições da história recente. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2013.

NICOLAU, J. M. Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. 1996.

III - Sistema Político, Partidário e Eleitoral no Brasil

1. Democracias representativas contemporâneas: panorama de macro modelos de representação
2. O estatuto da representação na história política brasileira
3. Sistemas Políticos: Panorama e Caso Brasileiro
4. Sistemas Partidários: Panorama e Caso Brasileiro
5. Sistemas Eleitorais: Panorama e Caso Brasileiro
6. O campo de formulação da reforma política brasileira: elementos de consenso e elementos em disputa
7. Sistemas Partidários, Sistemas Eleitorais e Qualidade da Democracia

Bibliografia Básica da Disciplina

DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 3ª edição, 1987

LIMA JR., Olavo Brasil de. Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. Volume 2. São Paulo, Editora Ática: 1994

_____. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro/Brasília, Zahar Editores/Editora Universidade de Brasília, 1982

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Revista Brasileira de Ciência Política. N°. 07. 2012. pp. 349-385.

LIJHART, Arend. As democracias contemporâneas. Lisboa, Editora Gradiva, 1989.

LIPSET, S. M. & ROKKAN, S. Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores. In: LIPSET, S. M. Consenso e Conflito. Lisboa: Gradiva. 1992. pp. 161-259.

NICOLAU, Jairo Marconi. Sistemas eleitorais: uma introdução. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999

PANEBIANCO, Angelo. 2005. Modelos de Partido. Organização e Poder nos Partidos Políticos. São Paulo: Martins Fontes. Primeira Parte: A ordem Organizativa; pp. 3-90.

SCHMITT, Rogério. Partidos políticos no Brasil (1945-2000). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de Souza, Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964), São Paulo: Alfa-Ômega. 1976

TRINDADE, H. (org.), Reforma eleitoral e representação política: Brasil anos 90. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 2008

IV - Estudos em Políticas Públicas: da Agenda à Avaliação

1. Conceitos Fundamentais em Políticas Públicas: Polítcs, Policies, Policemaking
2. Abordagens teóricas do estudo de Políticas Públicas
3. Dimensões da Análise das Políticas Públicas: Tipologia e Atores
4. O Ciclo das Políticas Públicas como modelo heurístico
5. Formação da Agenda no Ciclo de Políticas Públicas
6. Processo de Formulação no Ciclo de Políticas Públicas
7. Implementação de Políticas Públicas
8. Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas
9. As políticas públicas no Estado Contemporâneo

Bibliografia Básica da Disciplina

ARRETCHE, Marta T. S. "Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas". In: BARREIRA e CARVALHO (org.) *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

BAMBERGER, Michael. Introducción a los métodos mixtos de la evaluación de impacto. The Rockefeller Foundation, 2012.

CAPELLA, Ana Cláudia N. (2006). Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. BIB, São Paulo, nº 61, 1º semestre de 2006, pp. 25-52.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 20 nº. 59 outubro/2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas in Planejamento e Políticas Públicas, No 36 (2011)

KINGDON, John W. (1995). *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers.

LOTTA, Gabriela; VAZ, José Carlos. Arranjos Institucionais de Políticas Públicas: aprendizados a partir de casos de arranjos institucionais complexos no Brasil

LOWI, T. Four systems of policy, politics and choice. *Public Administration Review*, vol.32, n.4, jul-aug. 1972.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; Assis, Simone; Souza, Edinilsa. Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais. Fiocruz, 2014.

OLIVEIRA, Vanessa (2013). As fases do processo de políticas públicas. In: Vitor Marchetti (org). *Políticas Públicas em debate*, São Bernardo do Campo, MP Editora.

PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Variações setoriais em arranjos de implementação de programas federais. PIRES, Roberto Rocha, & GOMIDE, Alexandre A. Análise Comparativa: Arranjos de implementação e Resultados de Políticas Públicas In Capacidades estatais e democracia : arranjos institucionais de políticas públicas / editores: Alexandre de Ávila Gomide, Roberto Rocha C. Pires. – Brasília : IPEA, 2014. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). *Políticas Públicas – Coletânea Volume 1*. Como chega a hora de uma ideia (pp. 219-224); Juntando as coisas (pp. 225-246).

SECHI, Leonardo. (2012). Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo, Cengage Learning, 1ª edição.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, 2006, n.16

V - Território, Cidade, Participação Política e Dinâmicas Sociais

1. Espaço, Território e Territorialidade na perspectiva das Ciências Sociais
2. Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
3. Dinâmicas Sociais, Poder Local e Território da Cidade Contemporânea
4. Território, Pertencimento e Cidadania
5. Políticas Públicas, Território e Dinâmicas Sociais na Cidade Contemporânea
6. Desenvolvimento Urbano e Metropolitano da Cidade de São Paulo
7. Redes e Fluxos dos Sujeitos no Território da Cidade Contemporânea
8. Governança colaborativa da Cidade e do Território

Bibliografia Básica da Disciplina

ANDRADE, Manuel C. Geopolítica do Brasil. Campinas: Papirus, 2001.

CALDEIRA, T.P.R. Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: GEOgraphia nº 2, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói: UFF/EGG, 1999.

COSTA, Wanderley M. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

FAVARETO, Arilson. As tentativas de adoção da abordagem territorial do Desenvolvimento rural – lições para uma nova geração de políticas públicas. Raízes, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 52–62, jan./2009 a jun./2010.

FRUGOLI, H. Centralidade em São Paulo, trajetórias, conflitos e negociações da metrópole. São Paulo, Cortez/Edusp/FAPESP, 2000

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Território, Territórios. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF/AGB, 2002. _____. O Mito da Desterritorialização: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LOPES, Eliana Barretos de Menezes. Desenvolvimento local-territorial e o Programa Territórios da Cidadania: o Território Integração Norte Pioneiro (PR). Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, 2010 (Tese de Doutorado).

KAZANCIGIL, A. A regulação social e a governança democrática da mundialização. In: MILANI, A. et al. (Orgs.). Democracia e governança mundial: que regulações para o Século XXI?. Porto Alegre: UFRGS; UNESCO, 2002

PEREIRA, M. Da Governança à Governança Territorial Colaborativa: uma agenda para o futuro do desenvolvimento regional. DRd – Desenvolvimento Regional em debate, Canoinhas, SC, a. 3, n. 2, 2013.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. O desenvolvimento como expansão das capacidades. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, n.28/29, p.313-333, 1993.

_____. Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações. Lisboa: Terramar, 1999.

SANTOS. Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez, 2007

_____. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Walter. Democracia: o Governo de Muitos. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.

SCARLATO, Francisco Capuano et al. (Orgs.). O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano. 2. ed. São Paulo: Hucitec - ANPUR, 1994.(Geografia. Teoria e Realidade, 22)

VI - Metodologia de Ensino e Pesquisa

1. Fundamentos do Ensino e da Pesquisa em Nível Superior: Questões Conceituais e Normativas
2. Didática do Ensino Superior: Fundamentos Teóricos e Metodológicos
3. Redação Acadêmica e Produção do Conhecimento Científico
4. Estrutura das Comunicações de Ensino e Pesquisa: Técnicas de Exposição, Seminários e Debates
5. Elaboração de anteprojeto e projeto de pesquisa acadêmica
6. Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Humanas

Bibliografia Básica da Disciplina

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Informação e documentação: referências - elaboração [NBR 6023]. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampl. São Paulo, SP: Makron Books, 2000.

GALERA, Joscely Maria B. Epistemologia e conhecimento científico: refletindo sobre a construção histórica da ciência através de uma docência investigativa. Tecnologia & Humanismo. V. 21, nº 33. Curitiba: UTFPR, 2º sem. 2007, p. 96-106.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MARIN, Alda Junqueira (Coord.). Didática e trabalho docente. 2ª Ed. Araraquara: JM Editora, 2005.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Docência no ensino superior. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

CICLO DE APROFUNDAMENTO

Trilha A

“Legislativo, Democracia e Participação Política na Cidade Contemporânea”

I - Democratizar a Democracia: Experiências de Democracia Direta e Participativa nas Cidades

1. Cidadania, Sociedade Civil e Democracia no Pensamento Político Contemporâneo
2. Democracia Representativa: Possibilidades, Limites e Crises no cenário global contemporâneo
3. Democracia Brasileira: Evolução Histórica e dilemas de consolidação
4. Democratizar a Democracia: elementos para o debate em torno da representação
5. Democratizar a Democracia: Experiências de Democracia Participativa e Direta nas Cidades
6. Democracia Participativa e Direta na Metrópole Paulistana
7. Legislativo e Movimentos de Democracia

Bibliografia Básica da Disciplina

- AVRITZER, Leonardo. “Participação Social no Governo Lula” in: Sá e Silva, Fabio; Lopez, Felix; Pires, Roberto (Eds.). Estado, Instituições e Democracia – Volume 2: Democracia. Brasília: IPEA, 2010
- BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e a lição dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, p.371-415.
- CARVALHO, J. M. “Cidadania: tipos e percursos”. Estudos Históricos, n. 18, p. 337-359, 1995.
- _____, “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. Dados, vol. 40, n. 2 (Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997) pp. 229-250
- CORTES, Soraya. “Fóruns Participativos e Governança: uma sistematização das contribuições da literatura” in: Lubambo, C.; Coelho, B.; Melo, M. Desenho Institucional e Participação Política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Ed. Vozes, p.13-32
- DAGNINO, Evelina. 2002. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Introdução. São Paulo. Paz e Terra.
- DOIMO, Ana Maria. A Vez e a Voz o Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Capítulo 8 “A Erosão do Campo Popular e Alternativas Emergentes”, p.201- 220.
- HELD, David. Modelos de Democracia. São Paulo: Editora Paidéia, 2010
- LOPEZ, Felix; PIRES, Roberto. “Instituições Participativas e Políticas Públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas”. In: IPEA Brasil em Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2010
- MATOS, Marlise. “Cidadania Porque, Quando, Para Quê e Para Quem? Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusiva.” Mimeo. 2009.
- MARQUETTI, A.; CAMPOS, G.; PIRES, R. Democracia Participativa e Redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo. São Paulo: Ed. Xamã

PIRES, Roberto. "Participação cidadã e planejamento governamental: um equilíbrio possível? Reflexões sobre o Orçamento Participativo de Belo Horizonte." Revista Pensar BH Política Social, n.24, novembro, 2009. p.10- 13

SÁ E SILVA, Fabio; LOPEZ, Felix; PIRES, Roberto (Eds.). Estado, Instituições e Democracia – Volume 2: Democracia. Brasília: IPEA, 2010

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. "Para Ampliar o Cânone Democrático" in Santos, Boaventura de Sousa, org., Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.

_____. "Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva" in Santos, Boaventura de Sousa, org., Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002) p. 455-460

SCHMITTER, Phillipe C.; KARL, Terry Lynn. "What Democracy Is ... And Is Not", Journal of Democracy, 2, n.3 (Summer 1991) p.75-88.

T. H. MARSHALL. Cidadania, Classe Social e Status (Rio de Janeiro: Zahar, 1967), Capítulo III: "Cidadania e Classe Social", pp. 57-114;

REIS, Elisa P. Processos e Escolhas: estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1998..

II - Processo Legislativo Local e Participação Popular na Cidade

1. Interação entre os poderes da República e o processo legislativo na CF 1988
2. A ação legislativa do Poder Executivo
3. Noção de processo e Processo Legislativo
4. Processo Legislativo Ordinário, Processo Legislativo Sumário, Processo Legislativo Especial
5. Processo Legislativo do Orçamento Público
6. Técnica Legislativa
7. Controle da Constitucionalidade no Parlamento
8. Participação Popular no Processo Legislativo Brasileiro: Limites e Possibilidades

Bibliografia Básica da Disciplina

ABRAMOVAY, Pedro. Separação de poderes e medidas provisórias. São Paulo: Campus, 2012.

AGUIAR, Joaquim Castro. GONÇALVES, Marcos Flávio R. O Município e o Processo Legislativo. Rio de Janeiro: IBAM, 2008.

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello. Medida provisória e a sua conversão em lei. São Paulo: RT, 2004.

ARANDA ÁLVAREZ, Elviro. Los actos parlamentarios no normativos y su control jurisdiccional. Madrid: Centro de Estudios Políticos Y Constitucionales, 1998.

ARAÚJO, Wagner Frederico Gomes de. Grupos de Pressão, Grupos de Interesse e Lobbies na Reforma Política Brasileira: incorporação de interesses e democratização. Edição do Autor (mimeo) 2016.

AVRITZER, Leonardo. Reforma Política e Participação Popular no Brasil. Reforma Política no Brasil. Editora. Lugar: 2006.

BARROSO, Luís Roberto. Vinte Anos da Constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. Cadernos Adenauer. Editora Konrad Adenauer Stiftung. Rio de Janeiro: 2008. Ano IX – Número 1.

CANTIZANO, Dagoberto Liberato. O processo legislativo nas Constituições brasileiras e no direito comparado. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

CARNEIRO, André Corrêa de Sá; SANTOS, Luiz Claudio Alves dos; NETTO, Miguel Gerônimo da Nóbrega. Curso de regimento interno. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

FREIRE, Natália de Miranda. Técnica e Processo Legislativo: comentários à Lei Complementar nº 95/98. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

GALANTE, Elisa Helena Lesqueves. Participação Popular no Processo Legislativo. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Ano IV, Nº 4 e Ano V, Nº 5 – 2003-2004.

KOBER, Edson Luiz. Participação Popular no Processo Legislativo – Lajeado/RS: Edição do autor, 2005

NEGRI, André Del. Controle de constitucionalidade do processo legislativo. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

ROCHA, Maria Elizabeth G. T.. Referendo e Plebiscito – Instrumentos de participação popular na formação dos atos de governo. Revista Jurídica Consulex – Ano IX – Nº 209 – 30 de setembro/2005.

SALGADO, Eneida Desiree. Iniciativa popular de leis – As proposições, o positivado e o possível. Revista de Informação Legislativa. Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Brasília: 2006. Ano 43. Número 169.

III - Movimentos Sociais, Dinâmicas de Representação e Política Local

1. Poder, Participação Política, Democracia e Representação
2. Poder Local, dinâmicas de participação social e cidadania contemporânea
3. Participação Popular na República Brasileira: Evolução Histórica
4. A Redemocratização e a consolidação do campo social no Brasil: Movimentos Sociais e Terceiro Setor
5. A Nova República e as vozes plurais da Democracia Brasileira
6. Poder Local, Participação Política e Controle Social do Estado Brasileiro
7. Conselhos Populares, Conselhos de Participação e Conselhos de Políticas Públicas
8. A Democratização da democracia: experiências brasileiras em diálogo com as experiências internacionais
9. Eleições, participação política e qualidade da democracia
10. Poder Legislativo e Participação Popular

Bibliografia Básica da Disciplina

AVRITZER, Leonardo (Org.). Experiências nacionais de participação social. Belo Horizonte: Cortez Editora, 2010.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Democracia local e participação popular. São Paulo: Cortez, 2000.

COELHO, Vera Schattan P. Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: DOWBOR, Ladislau. O que é poder local, São Paulo: Ética, 2008.

FARIA Cláudia Feres. "Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman". Lua Nova, 49: 47-68, 2000. FISCHER, Tânia (org.). Poder local, governo e cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

LUCHMAN, Ligia H. Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

MONTAÑO, Carlos E. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Administração e participação: reflexões para a educação. Educ. Pesquisa. [online]. 2003, vol.29, n.2, pp.369-373. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022003000200014>.

POZO, J. I. A Solução de Problemas: aprender a resolver, resolver para aprender (Org). Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS. Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IV - Poder Legislativo e Políticas Públicas na Cidade

1. O Poder Legislativo, seu histórico e sua organização na CF 1988
2. Competências e Funções do Poder Legislativo.
3. Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal: Semelhanças e distinções
4. Capacidades e Interesses do Poder Legislativo Local e Relação Executivo – Legislativo
5. Legislativo e Políticas Públicas: Agenda e Formulação
6. Legislativo e Políticas Públicas: Implementação, Monitoramento e Avaliação
7. Legislativo e Políticas Públicas: Processos de Fiscalização e Controle Político

Bibliografia Básica da Disciplina

ANASTASIA, Fátima & INÁCIO, Magna. Democracia, Poder Legislativo, interesses e capacidades. In: Cadernos Aslegis, nº 40 (mai-ago). 2010, pp. 33-54.

BRIGIDO, Fabiana Barbosa. A contribuição do Poder Legislativo Municipal para as Políticas Públicas de Educação na Cidade de Guarulhos. (Dissertação de Mestrado). Guarulhos: UNIFESP, 2017

DE PINHO, Marcelo Simões Serran. Políticas de Segurança Pública: Análise do Campo no Legislativo Federal. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014 (apenas capítulo 3)

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando: Modelos de Legislativo: o legislativo brasileiro em perspectiva comparada. In: Plenarium, Brasília, nº 1, Vol. 1. 2004, pp. 41-56.

GARCIA, Joice Godoi. Executivo e Legislativo no âmbito municipal: A formação de Gabinetes no Município de São Paulo (1989-2012). (Dissertação de Mestrado). São Paulo: EAESP-FGV, 2013.

INSTITUTO SOU DA PAZ. O papel do legislativo na segurança pública. Análise da Atuação do Congresso Nacional em 2016.

OLIVEIRA, Ricardo V. A configuração assimétrica do federalismo brasileiro. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito da USP (FADUSP), 2010. (capítulos 4 e 5, apenas)

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. In: FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando: Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

ZANCANER, Gabriela. Competências do poder legislativo e as comissões. Coleção: Temas de direito administrativo Vol. 22. São Paulo: Malheiros,

V - Democracia e Participação Política Conectada: Tecnologia e Transparência no Parlamento

1. Democracia contemporânea e sociedade pós-digital
2. Participação Política e Deliberação Política on line
3. Mídia, internet, democracia e Participação Política
4. Atores sociais nas redes: empresariado, sociedade civil e movimentos sociais
5. Elites políticas nas redes
6. Responsividade on line dos atores políticos
7. Poder Legislativo, transparência, conectividade e mundo digital
8. Iniciativas Legislativas na Esfera Digital

Bibliografia Básica da Disciplina

- ALDÉ, A. (Org.) ; MARQUES, F.P.J. (Org.) . Internet e Poder Local. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2015. 424p .
- ALVES, Marcelo Santos. Campanha não oficial ? A Rede Antipetista na eleição de 2014. REVISTA FRONTEIRAS (ONLINE), v. 19, p. 102-119, 2017.
- BIROLI, F. ; MIGUEL, L. F. ; MOTA, F. F. . Mídia, eleições e pesquisa de opinião no Brasil (1989-2010): um mapeamento da presença das pesquisas na cobertura eleitoral. Revista Compolitica, v. 1, p. 65-87, 2011.
- BRAGA, Sérgio. O papel das TICs na institucionalização das democracias; um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil [ebook].. Brasília: CEDI/Plenarium, 2007. v. 1. 102p .
- BRAGA, Sérgio.; ROCHA, L. C. ; CARLOMAGNO, M. C. . A internet e os partidos brasileiros [link: <http://www.kas.de/wf/doc/16515-1442-5-30.pdf>]. Cadernos ADENAUER (São Paulo), v. XVI, p. 47-74, 2015.
- CHAGAS, Viktor.; FREIRE, F. ; RIOS, Daniel ; MAGALHÃES, D. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. In Texto (UFRGS. Online), v. 38, p. 173-196, 2017.
- GOMES, Wilson. 20 Anos de Política, Estado e Democracia Digitais: Uma "cartografia" do campo. In: SILVA, Sivaldo P.; BRAGATTO, Rachel C.; SAMPAIO, R. C.. (Org.). Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática. 1ed.Letra & Imagem: Letra & Imagem, 2016, v. , p. 25-45.
- GOMES, W. S.. Internet e participação política em sociedades democráticas. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 27, p. 58-78, 2005. GOMES, W. S.. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. Revista Fronteira (UNISINOS), São Leopoldo, v. VIII, n.3, p. 214-222, 2005.
- GOMES, W. S; REIS, L. (Org.) . Publicidade digital: Formatos e tendências da nova fronteira publicidade. 1. ed. Salvador: P&A Editora, 2011. 204p .
- _____; MAIA, R.C.M. (Org.) ; MARQUES, F. P. J. (Org.) . Internet e participação política no Brasil. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. 294p
- HABERMAS, Jurgen. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. Líbero, v. 11, n. 21, p. p. 9-22, 2008.

MENDONCA, R. F. (Org.) ; SAMPAIO, R. C. (Org.) ; BARROS, S. A. R. (Org.) . Deliberação online no Brasil entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação. 1. ed. Salvador: Edufba, 2016

SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C. ; NICOLAS, M. A. . A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 285-320, 2016.

SILVEIRA, S. A. ; BRAGA, Sérgio. ; PENTEADO, Claudio . Cultura, política e ativismo nas redes digitais. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. v. 1. 344p

VI - Mobilização Social e Educação Política para a Democracia e para a Cidadania

1. Teorias da democracia e da formação cidadã para a democracia
2. Sociedade civil, mobilização social e participação política na democracia contemporânea
3. Educação Política para a Democracia
4. Letramento(s) Político(s) e Ação Educativa para a Cidadania e para a Democracia
5. Iniciativas e Estratégias em Educação Política para a Democracia: Panorama e Casos brasileiros

Bibliografia Básica da Disciplina

BRANSON, Margaret Stimmann; QUIGLEY, Charles N. The role of civic education. Communitarian Network, 1998.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Educação para Democracia. 2015.

BRITO, Luiz Navarro de. História dos Parlamentos: um esboço. Revista de Informação

Legislativa, Brasília, n. 21, p. 119-128, jan./mar. 1984

BURTORI, Margareth. Educação Legislativa: as escolas do legislativo nas câmaras municipais de Minas Gerais. Curso de Especialização em Poder Legislativo e Políticas

Públicas. Belo Horizonte: Escola do Legislativo da Assembleia de Minas Gerais, 2012.

Monografia de conclusão de curso de Especialização.

CEASER, James W. e MCGUINN, Patrick J. Civic education reconsidered – School Report, part 3. Public Interest, n. 133, p. 84-103, Fall 1998.

COSSON, Rildo. Dois modelos de parlamento jovem: uma leitura de seu funcionamento como letramento político. Estudos Legislativos, v. 3, p. 34-45, 2009

_____. Escolas do legislativo, escola de democracia. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

_____. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. In: COSSON,

Rildo et al. Educação política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2010.

CRICK, Bernard. Citizenship: the political and the democratic. British Journal of Educational Studies, v. 55, n. 3, p 235–248, Sep. 2007. Doi: 10.1111/j.1467-

8527.2007.00377.x

DAHL, Robert A. The problem of civic competence. *Journal of Democracy*, v. 3, n. 4,

p. 45-59, out. 1992. Doi: 10.1353/jod.1992.0048

FISCHMAN, Gustavo E.; HAAS, Eric. Beyond idealized citizenship education embodied cognition, metaphors, and democracy. *Review of Research in Education*, v. 36, n. 1, p. 169-196, 2012.

KAHNE, Joseph e WESTHEIMER, Joel. Teaching democracy: what schools need to do. *Phi Delta Kappan*, v. 85, n.1, p. 34-66, set. 2003.

MACEDO, Maria do Carmo Freitas et al. Educação Cidadã: desafio interdisciplinar. *Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 3, 2013

MOURA, Maíra e BRAGA, Raquel. Retrospectiva 2013: programas de educação para

a democracia. *Revista Estágio Visita*, ano 4, n. 16, p. 24-29, abril 2014.

RIBEIRO, Guilherme W. A educação legislativa é uma resposta à crise do parlamento? *E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, n. 6 , p. 96-103, 2011

Trilha B

“Território, Gestão e Administração da Cidade Contemporânea”

I - O município na federação brasileira: Desafios e Perspectivas

1. Cidade, poder e governo: aspectos conceituais e normativos
2. Poder Político e Gestão do Município no Brasil pós CF-1988
3. A Política do Urbano no Brasil e sua Transversalidade
4. Atores e Redes na Cidade e na Metrópole
5. Regionalização e Gestão Municipal
6. Estruturas de Estado e Governo na Gestão Municipal
7. Orçamento e Financiamento das Políticas Públicas no Município
8. Instrumentos de Planejamento da Gestão Municipal

Bibliografia Básica da Disciplina

ARRETCHE, M. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. *Revista Dados*, vol.45, N .3., 2002

CAMPOS, M. O mercado de viagens e as disputas em torno das linhas de ônibus. *Novos Estudos Cebap*, 105, 2016

FELTRAN, G. The management of violence on the periphery of São Paulo: a normative apparatus repertoire in the PCC era. *Vibrant Virtual Brazilian Anthropology*. Brasília, v.7, n.2, 2010.

HOYER, T. Produção habitacional via mercado: quem produz, como e onde? *Novos Estudos CEBRAP*, No 104., 2016

MARQUES, E. De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas. *Novos Estudos CEBRAP*, 105, 2016

_____. Os espaços sociais e a segregação. In: Marques, E. (org.) *As transformações de São Paulo nos anos 2000*. São Paulo: Ed. UNESP/CEM., 2015

_____. Government, Political Actors and Governance in Urban Policies in Brazil and São Paulo: Concepts for a Future Research Agenda. Brazilian Political Science Review, Vol. 7, 2013

RIBEIRO, L. C. de Q. "A (in) governabilidade da cidade? Avanços e desafios da reforma urbana". In: VALLADARES, L. e COELHO, M. P. (orgs.). Governabilidade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995

POZZOBON, R. M. Os desafios da gestão municipal democrática: Porto Alegre. São Paulo, Centro Josué de Castro e Instituto Polis, 1998

PEREIRA, M. de L. D. Negociação e parcerias: a gestão urbana democrático-participativa. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999

MOURA, S. Inovações municipais em tempos de democratização e crise: novos cenários da gestão urbana. Análise e dados, Salvador, Cei (1):127-134, 1993

SASSEN, S. A cidade global. In: Lavinhas (org.) Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 187-202, 1993

TORRES, H. Políticas Sociais e Território: Uma Abordagem Metropolitana. In: Marques, E. e Torres, H. (org.). São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social. São Paulo: Ed. Senac., 2005

II - Poder Legislativo e Políticas Públicas na Cidade

1. Histórico e criação do Poder Legislativo
2. Estrutura e Funcionamento do Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal
3. Poder Legislativo e Processo Democrático
4. Freios e Contrapesos no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro
5. Princípios do Processo Legislativo Brasileiro
6. Produção Legislativa: Leis ordinárias, complementares, emendas constitucionais, resoluções e decretos legislativos
7. Medidas provisórias e sua relação com o Poder Legislativo
8. Políticas Públicas no Poder Legislativo: Agenda, Formulação, Avaliação e Monitoramento.

Bibliografia Básica da Disciplina

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalisção: o dilema institucional brasileiro. In Revista Dados, V. 31, n. 1, 1988, p. 5-32

ANASTASIA, Fátima. Democracia, interesses legislativos, poder e capacidade. In Seminário da Câmara dos Deputados, 2011 (academia.edu), p. 33-54

ASSIS, Luiz Gustavo Bambini de. Processo Legislativo e Orçamento Público: a função de controle do Parlamento, São Paulo: Saraiva, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. Comissões Parlamentares de Inquérito e suas competências: política, direito e devido processo legal. In Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, nº 12, fev. 2008

BARROSO, Luís Roberto. A reforma política: uma proposta de sistema de governo, eleitoral e partidário para o Brasil. Instituto de Direito e Ações Sociais, p. 1-105

BRIGIDO, Fabiana Barbosa. A contribuição do Poder Legislativo Municipal para as Políticas Públicas de Educação na Cidade de Guarulhos. (Dissertação de Mestrado). Guarulhos: UNIFESP, 2017

COELHO, Fábio Alexandre. Processo Legislativo. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007, pp. 225-246.

CLEVE, Clemerson Merlin. Medidas Provisórias. 3º Ed. São Paulo: RT, 2010,

DE PINHO, Marcelo Simões Serran. Políticas de Segurança Pública: Análise do Campo no Legislativo Federal. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando: Modelos de Legislativo: o legislativo brasileiro em perspectiva comparada. In: . Plenarium, Brasília, nº 1, Vol. 1. 2004, pp. 41-56.

GARCIA, Joice Godoi. Executivo e Legislativo no âmbito municipal: A formação de Gabinetes no Município de São Paulo (1989-2012). (Dissertação de Mestrado). São Paulo: EAESP-FGV, 2013.

HABER, Carolina Dzimidas. A relação entre o direito e a política no processo legislativo penal. FDUSP, 2011, Tese de Doutorado

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: UFMG, 1999, pp. 79-106

NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy. Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007

SANTOS, Fabiano. O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalisão. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003, p. 141-173

SALVATORE, Vera Lucia. Impasses decisórios na relação executivo-legislativo: o plano diretor da cidade de São Paulo no governo do PT (1989-1992). (Dissertação de Mestrado). São Paulo: EAESP-FGV, 2003.

SILVA, José Afonso da. Processo Constitucional de Formação das Leis. 2o. Ed. São Paulo: Malheiros, 2007, pp. 84-113

III - Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Questões Metropolitanas e Território da Cidade

1. O debate contemporâneo internacional sobre Planejamento Urbano
2. Concepções atuais de planejamento e gestão urbana e metropolitana no Brasil
3. Princípios e Práticas de Planejamento Territorial e Urbano após a CF 1988
4. A cidade e o Planejamento
5. Planejamento Estratégico, Autoplanejamento e Planejamento Insurgente
6. Metrôpoles, Regiões Metropolitanas, Território e Dilemas Ambientais: Água, Lixo e Ocupação do Solo
7. Governança e Gestão Metropolitana

Bibliografia Básica da Disciplina

ALMEIDA, Luiz Felype Gomes de. O estatuto da cidade e o cumprimento da função social da propriedade: o que ficou, para onde vai? XVI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR Anais... Belo Horizonte, maio de 2015. p. 1-17.

BITOUN, J. (Org.) ; MIRANDA, L.I.B. (Org.); ARAUJO, T.B. (Org.); FERNANDES, AC.A. (Org.). Tipologia das cidades brasileiras. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. v.1

CORREA, R.L.A. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERNANDES, E., VALENÇA, M.M. (Orgs.). Brasil urbano. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

GONDIM, Linda M. O plano diretor como instrumento de um pacto social urbano: quem põe o guizo no gato? In: Ensaios FEE, Ano 16, nº 2. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1995. p.472-490

IBGE. Regiões de influência das cidades: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, O., VAINER, C. e MARICATO, E., A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-192.

MIRAFITAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.18, n.3, p.363-377, set-dez. 2016.

PEREIRA, E.M. (Org.). Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008

RANDOLPH, Rainer. Subversão e planejamento como “práxis”: uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna. Um novo planejamento para um novo Brasil? Rio de Janeiro: ANPUR; SBPC; Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, L.C.de Q., SANTOS JUNIOR, O.A. dos (Orgs.) As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

RIBEIRO, L.C.de Q. (Org.). Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; FASE; Observatório das Metrópoles, 2004.

ROLNIK, Raquel. Dez anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da copa do mundo. In: RIBEIRO, Ana Clara T.; VAZ, Lilian V.; SILVA, Maria Laís P. (Org.). Leituras da Cidade. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012. p. 87-104

SOUZA, M.L. de. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; MONTANDON, Daniel Todtmann. Síntese, desafios e recomendações. In: SANTOS JUNIOR, O.A.; MONTANDON, D.T. Os Planos Diretores Municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ. 2011.

SPOSITO, M.E.B. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. Revista Cidades, v. 7, n. 11, 2010. p. 13-47.

IV - A Cidade Contemporânea e Políticas Públicas I: Cultura, Esporte, Lazer e Economia Criativa

1. A cidade e as políticas públicas: demandas e indicadores para a promoção da cidadania plena em cultura, esporte, lazer e inovação
2. Desigualdades na oferta de serviços e na garantia dos direitos de cultura, esporte e lazer na cidade
3. Políticas Públicas de Cultura e Direito à cultura na Cidade

4. Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Direito ao esporte e lazer na cidade
5. A Economia Criativa e o desenvolvimento das Cidades
6. Poder Legislativo e as Políticas de Cultura, Esporte, Lazer e Economia Criativa

Bibliografia Básica da Disciplina

- AMARAL, S. C. F; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, 2009.
- AVELAR, Romulo. O Aveso da Cena: notas sobre Produção e Gestão Cultural. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Duo Editorial, 2010.
- BRASIL. MINC. Plano Nacional de Cultura, 2005.
- BRASIL. MINC. Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura, 2011
- BARBALHO, Alexandre (org) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2007
- CALABRE, Lia. "Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectiva". In RUBIM, Antônio Albino Canelas e
- COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. 2.ed. São Paulo/SP: Iluminuras, 2012.
- COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. Gestão estratégica em políticas públicas. São Paulo: Editora Alínea e Átomo, 2013.
- DURAND, J.C. Política e gestão cultural: Brasil, EUA, Europa. São Paulo, Núcleo de Pesquisas e Publicações da EAESP/FGV. Relatório de Pesquisa n.13, 2000
- FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE "A periferia foi cobrar...e agora?" In: DO VAL, A., LIMA, L. VASCONCELOS-OLIVEIRA, MC E PINTO, V (2014). *Participação e cidadania cultural: a experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2014.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.136-164.
- REIS, Ana Carla Fonseca; DE MARCO, Kátia (organizadoras). Economia da Cultura: Ideias e Vivências. Rio de Janeiro/RJ: Publit, 2009.
- SOUZA, Allan Rocha de. Direitos Culturais no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Azougue Editorial, 2013.
- STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007

V - A Cidade Contemporânea e as Políticas Públicas II: Educação, Saúde e Assistência Social

1. O Estado e as políticas sociais básicas: Saúde, Educação e Assistência Social no contexto da modernidade ocidental
2. O Federalismo Brasileiro, o Município e o SUS

3. O Federalismo Brasileiro, o Município e o SUAS
4. O Federalismo Brasileiro, o Município e (a falta de) um Sistema Nacional de Educação
5. Garantia do Direito à Educação no Município: Dilemas e Possibilidades
6. Garantia do Direito à Saúde no Município: Dilemas e Possibilidades
7. Contornos, Fundamentos e desafios da política de proteção social no município: dilemas e possibilidades.
8. Gestão intersetorial das políticas sociais

Bibliografia Básica da Disciplina

- ABRUCIO, Fernando L.; SEGATTO, Catarina I. O Manifesto dos Pioneiros e o federalismo brasileiro: percalços e avanços rumo a um Sistema Nacional de Educação. In CUNHA, Célio da; GADOTTI, Moacir; BORDIGNON, Genuíno; NOGUEIRA, Flávia. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Brasília: Ministério da Educação, 2014, p. 40-57.
- BRASIL. MDS. II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as — Brasília, DF: MDS ; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016
- BRASIL. MDS. Política Nacional de Assistência Social –PNAS/2004. Brasília, DF: MDS, 2009.
- BROOKE, N. e SOARES, J. F. Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 2008.
- CARVALHO, A.I. Conselhos de saúde no Brasil. Série Estudos Política, Planejamento e Gestão em Saúde nº 3. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1995.
- CENEVIVA, Ricardo. O nível de governo importa para a qualidade da política pública? O caso da Educação Fundamental no Brasil. 2011. 173 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- CRUZ, Livia G. De B. Educação e arquiteturas territoriais: possibilidades e limites para melhoria das condições de ensino e aprendizagem da educação pública municipal brasileira. 2014. 248 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV.
- CARRARO, Giselle. As políticas sociais de assistência social, educação e saúde no Brasil e em Cuba: as particularidades e os processos de planejamento, monitoramento e avaliação. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2016
- DILEO, Daniel. The state-local partnership in education. In HANSON, Russell L. (ed.). Governing partners: state-local relations in the United States. Colorado: Westview Press, 1998, p. 109-137.
- DUARTE, Marisa R. T.; SANTOS, Maria R. S. dos. Avaliação das políticas em educação: a coordenação sistêmica da União. Revista Retratos da Escola, vol. 6, nº 10, janeiro/junho, 2012, p. 79-93.
- GALL, Norma & GUEDES, Patrícia M. A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil. São Paulo: Fundação Itaú Social e Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2009.
- INSTITUTO POLIS/PUCSP. A política de Assistência Social na Cidade de São Paulo

MARTINS, Paulo de Sena. O Financiamento da Educação Básica como Política Pública. Revista Brasileira de política e Administração da Educação. Porto Alegre, V.26, 2010.

REIS, D.; ARAUJO, E. CECÍLIO, L.C. Políticas Públicas de Saúde no Brasil: SUS e pactos pela Saúde. Programa de Especialização em Gestão do Programa Saúde da Família. Brasília: 2012.

SANTOS, N. Desenvolvimento do SUS, rumos estratégicos e estratégias para visualização dos rumos. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 429-435, abr. 2007. Disponível em: . Acesso em: 17 dez. 2010

SANTOS, Silvana de M dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (Orgs). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008

SOBRINHO, E.M.J.A. Prefácio: São Paulo de volta ao Brasil e à Constituição. In: Sousa MF, Mendes A, organizadores. Tempos radicais da saúde em São Paulo: a construção do SUS na maior cidade brasileira. São Paulo: Editora Hucitec; 2003

TEIXEIRA, Solange Maria. Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. Revista Katálisis, Florianópolis, SC, v. 10, n. 2, p. 154-163, jul./dez. 2007

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto W. S.; PAES-SOUSA, Rômulo. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2006.

VI - Vulnerabilidades e Desigualdades na Cidade Contemporânea: Políticas Públicas para Minorias e Segmentos de Risco

1. Pobrezas urbanas, risco social e vulnerabilidade social.
2. Concepções sociais e representações sobre pobreza, risco e vulnerabilidade social
3. Vulnerabilidades, negação de direitos e violência
4. Políticas de combate à pobreza
5. Políticas de combate à desigualdade racial
6. Políticas de combate à desigualdade de gênero
7. Políticas Públicas para a Infância
8. Políticas Públicas para a população em situação de rua
9. Políticas Públicas para Mulheres

Bibliografia Básica da Disciplina

ARRETCHE, M. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. Trabalho apresentado no seminário "Trajectories of Inequality in Brazil" no Woodrow Wilson Center em Washington. 2016

BICHIR, R. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2010, n.87, pp.115-129, 2010

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Políticas Públicas para as Mulheres. Brasília: SPM, 2016.

CURLEY, A. Teories of Urban Poverty and Implications for Public Housing Policy. Te Journal of Sociology & Social Welfare, Vol 32, 2005

- DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, L. As Lutas Sociais e a Cidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988
- FRANÇA, D. Desigualdades e segregação residencial por raça e classe. Marques, E. (org.) A metrópole de São Paulo na virada do século XXI. São Paulo: Unesp/CEM, 2010.
- FELTRAN, G. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. Lua Nova, São Paulo, 79: 201-233, 2010.
- JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002
- JANUZZI, P. Pobreza, Desigualdade e Mudança Social: trajetória no Brasil recente (1992 a 2014). Revista de Estudos e pesquisas sobre as Américas, Vol. 10, 2016
- KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009
- MARQUES, E. Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo. São Paulo: EdUnesp, 2004
- MOYA, E. Repensando a questão social: trajetórias de algumas interpretações nos Estados Unidos, França e Brasil. DCP/USP, Dissertação de Mestrado, 2016.
- SARAIVA, C. A condição social dos habitantes de Favelas. In: MARQUES, E. São Paulo na virada do século XXI. São Paulo, Ed. Unesp, CEM, 2015
- SANTOS, Jocélio Teles dos. Dilemas nada atuais das políticas para os afro-brasileiros. Ação afirmativa no Brasil dos anos 60. In: BARCELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos (Orgs.). Brasil: um país de negros? Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAQ, 1999.
- SILVA, Tatiana Dias. O estatuto da Igualdade Racial. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Texto para Discussão, 1712.

LEGISLAÇÃO REFERENCIAL

BRASIL. Constituição (1988). Art. 39 § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 15.506, de 13 de dezembro de 2011. Institui a Escola do Parlamento no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, altera as Leis nº 13.637 e 13.638, de 04 de setembro de 2003, e Lei nº 14.381, de 07 de maio de 2007, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 15 dez. 2011, p. 93-94 c. 4, 1-2.

SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 15.799, de 07 de junho de 2013. Altera o art. 4º da Lei nº 15.507, de 13 de dezembro de 2011, e respectivos anexos, para criar 2 cargos de Auxiliar de Ouvidoria; altera a Lei nº 15.506, de 13 de dezembro de 2011, e respectivos anexos, para criar 2 cargos de Assistente Legislativo da Escola do Parlamento; altera a Lei nº 13.637, de 04 de setembro de 2003, com a redação dada pela Lei nº 14.381, de 07 de maio de 2007, para criar 4 cargos de Assistente Legislativo III, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 08 jun. 2013, p. 110-111 c. 3-4, 1-2.

SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 15.971, de 21 de fevereiro de 2014. Altera disposições das Leis nº 13.637, de 04 de setembro de 2003, e nº 13.638, de 04 de setembro de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 25 fev. 2014, p. 119-120 c. 4, 1-2.

SÃO PAULO (Cidade). Ato da CMSP nº 1.131, de 26 de janeiro de 2011. Institui a Escola do Parlamento no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 01 fev. 2011, p. 56 c. 1-2.

SÃO PAULO (Cidade). Ato da CMSP nº 1.184, de 21 de maio de 2012. Regulamenta a contratação de docentes para participarem de cursos, encontros, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades e estudos promovidos pela Escola do Parlamento e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 22 mai. 2012, p. 89-90 c. 4, 1-2.

SÃO PAULO (Cidade). Ato da CMSP nº 1.186, de 21 de maio de 2012. Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola do Parlamento, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 22 mai. 2012, p. 90-91 c. 3-4, 1-3.

SÃO PAULO (Cidade). Ato da CMSP nº 1.196, de 21 de agosto de 2012. Altera dispositivos do Ato nº 1.184, de 22 de maio de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 22 ago. 2012, p. 119 c. 1.

SÃO PAULO (Cidade). Ato da CMSP nº 1.197, de 21 de agosto de 2012. Altera o art. 2º e acresce o inciso VI ao art. 18 do Anexo Único, ambos do Ato nº 1.186, de 22 de

maio de 2012, que instituiu o Regimento Interno da Escola do Parlamento, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 22 ago. 2012, p. 119 c. 1.

SÃO PAULO (Cidade). Ato da CMSP nº 1.204, de 11 de dezembro de 2012. Institui normas e diretrizes para a publicação do periódico; Revista Parlamento e Sociedade; pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal, conforme especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 12 dez. 2012, p. 109 c. 1-3.

SÃO PAULO (Cidade). Ato da CMSP nº 1.227, de 30 de abril de 2013. Acresce o inciso VII ao artigo 28 do Ato 1.186, de 22 de maio de 2012, que dispõe sobre o Regimento Interno da Escola do Parlamento e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 01 mai. 2013, p. 104 c. 2.

SÃO PAULO (Cidade). Ato da CMSP nº 1.243, de 20 de agosto de 2013. Dispõe sobre os documentos a serem exigidos na contratação de professor para ministrar aulas na Escola do Parlamento, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 21 ago. 2013, p. 135 c. 2-4.

SÃO PAULO (Cidade). Ato da CMSP nº 1.250, de 08 de outubro de 2013. Altera dispositivos do Ato 1184 de 22 de maio de 2012, que trata de contratação de docentes para participarem de cursos, encontros, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades e estudos promovidos pela Escola do Parlamento. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 09 out. 2013, p. 135 c. 1.